

Mariana Transmissora de Energia
Elétrica S.A

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório de Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	2
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório da Administração

A Administração da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“MAR” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia

A Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“MAR” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2013, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica no estado de Minas Gerais, proveniente do Leilão ANEEL nº 013/2013.

A entrada em operação comercial do empreendimento, objeto do Contrato de Concessão nº 011/2014, ocorreu em 04 de junho de 2020, com o Termo de Liberação Definitivo emitido em 08 de junho de 2020, para todas as funções de transmissão de MAR.

A MAR é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”).

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2021	2020
Receita operacional líquida	31.850	53.159
EBITDA	27.610	17.672
Margem EBITDA	86,69%	33,24%
Reconciliação do EBITDA		
Lucro do exercício	26.611	15.699
Resultado Financeiro	(137)	45
Imposto de renda e contribuição social	1.136	1.928
EBITDA	27.610	17.672

EBITDA - É o lucro líquido antes dos impostos e das despesas financeiras líquidas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da MAR e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria da Companhia, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestar serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 pelo valor de R\$66 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020		Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Ativos				Passivos			
<i>Ativos Circulantes</i>				<i>Passivos Circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.720	6.683	Fornecedores	10	1.198	4.692
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		1.345	1.830	Taxas regulamentares		95	57
Ativo de contrato de concessão	5	15.928	14.988	Impostos e contribuições sociais	6	379	307
Impostos e contribuições sociais	6	546	316	Dividendos a pagar	9	11.400	4.534
Outras contas a receber		140	142	Outras contas a pagar		95	146
Total dos Ativos Circulantes		20.679	23.959	Total dos Passivos Circulantes		13.167	9.736
<i>Ativos Não Circulantes</i>				<i>Passivos Não Circulantes</i>			
Depósitos judiciais	11	4.607	3.444	Impostos e contribuições diferidos	7	6.770	6.244
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		3	1	Tributos diferidos	8	7.794	7.288
Ativo de contrato de concessão	5	203.869	187.666	Provisões para contingências	11	4.656	4.115
Imobilizado		337	38	Outras contas a pagar		611	332
Total dos Ativos Não Circulantes		208.816	191.149	Total dos Passivos Não Circulantes		19.831	17.979
				Total dos Passivos		32.998	27.715
				<i>Patrimônio Líquido</i>			
				Capital social		174.500	174.500
				Reserva de lucros		19.699	1.706
				Dividendos adicionais propostos		2.298	11.187
				Total do Patrimônio Líquido	12	196.497	187.393
Total dos Ativos		229.495	215.108	Total dos Passivos e Patrimônio Líquido		229.495	215.108

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	2021	2020
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		19.987	48.119
Remuneração do ativo de contrato de concessão		<u>11.863</u>	<u>5.040</u>
Receita operacional líquida	17	<u>31.850</u>	<u>53.159</u>
Pessoal		(22)	(2)
Material e outros custos de construção		1.597	(34.585)
Serviços de terceiros		(1.703)	(619)
Outros custos operacionais		<u>(3.583)</u>	<u>(4)</u>
Custos operacionais	18	<u>(3.711)</u>	<u>(35.210)</u>
Lucro bruto		<u>28.139</u>	<u>17.949</u>
Pessoal		(26)	(173)
Serviços de terceiros		(890)	(490)
Outras receitas e (despesas) operacionais		387	386
Despesas operacionais	18	<u>(529)</u>	<u>(277)</u>
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e contribuições		<u>27.610</u>	<u>17.672</u>
Receitas financeiras		1.193	216
Despesas financeiras		(1.056)	(261)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		<u>137</u>	<u>(45)</u>
Lucro antes dos impostos e das contribuições		<u>27.747</u>	<u>17.627</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(610)	(516)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(526)	(1.412)
Imposto de renda e contribuição social	13	<u>(1.136)</u>	<u>(1.928)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>26.611</u>	<u>15.699</u>
Lucro por ação			
Lucro por ação ordinária – básico e diluído (em R\$)	16	<u>0,15250</u>	<u>0,08997</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício
Findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	<u>26.611</u>	<u>15.699</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>26.611</u></u>	<u><u>15.699</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Legal	Especial	Lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		147.000	-	922	-	-	-	147.922
Aumento de capital		27.500	-	-	-	-	-	27.500
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	15.699	15.699
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal		-	784	-	-	-	(784)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(3.728)	(3.728)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	11.187	(11.187)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12	174.500	784	922	-	11.187	-	187.393
Dividendos adicionais propostos aprovados		-	-	-	-	(11.187)	-	(11.187)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	26.611	26.611
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal		-	1.331	-	-	-	(1.331)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	16.662	-	(16.662)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(6.320)	(6.320)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	2.298	(2.298)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12	174.500	2.115	922	16.662	2.298	-	196.497

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	12	26.611	15.699
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Receita de implementação da infraestrutura	5 e 17	-	(38.724)
Receita de atualização de depósitos judiciais	19	(973)	-
Despesa de atualização monetária de contingências	19	958	-
Receita de aplicação financeira		-	(216)
Custo de implementação da infraestrutura		-	34.592
(Reversão) de causas cíveis	11	(469)	-
Imposto de renda e contribuição social	13	1.136	1.928
Tributos diferidos	17	506	1.561
Remuneração do ativo de contrato de concessão	5 e 17	(11.863)	(5.040)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	5 e 17	(20.643)	(8.596)
Variações nos ativos e passivos:			
Redução (aumento) no saldo de contas a receber de concessionárias e permissionárias		483	(1.778)
Redução no saldo do ativo de contrato de concessão		15.363	6.594
(Aumento) nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(19)	(1.206)
(Aumento) redução nas outras contas a receber e depósitos judiciais		673	36
Aumento (redução) no saldo de fornecedores		(3.494)	(34.254)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		38	57
Aumento no saldo de outras contas a pagar		(581)	261
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>7.726</u>	<u>(29.086)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(749)</u>	<u>(319)</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>6.977</u>	<u>(29.405)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Redução no saldo de títulos e valores mobiliários		-	8.622
Adição no imobilizado e intangível		(299)	(37)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		<u>(299)</u>	<u>8.585</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	9	(10.641)	-
Aumento de capital		-	27.500
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(10.641)</u>	<u>27.500</u>
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>(3.963)</u>	<u>6.680</u>
Saldo inicial de equivalentes de caixa	4	6.683	3
Saldo final de equivalentes de caixa	4	2.720	6.683
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>(3.963)</u>	<u>6.680</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Mariana Transmissora de Energia S.A. ("MAR" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2013, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Itabirito II - Vespasiano II de 500Kv, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2013, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O empreendimento completa o anel de 500kV da Região Metropolitana de Belo Horizonte, interligando grandes usinas hidrelétricas ao Sistema Interligado Nacional e reforçando a confiabilidade e o atendimento à região central, bem como as regiões leste do estado de Minas Gerais e parte do estado do Espírito Santo. A entrada em operação comercial do empreendimento, objeto do Contrato de Concessão nº 011/2014, ocorreu em 04 de junho de 2020, com o Termo de Liberação Definitivo emitido em 08 de junho de 2020, para todas as funções transmissão de MAR.

A Licença de Instalação foi emitida em 24 de janeiro de 2019, após 56 meses da assinatura do contrato de concessão. As obras foram concluídas em 16 meses, dentro do cronograma de construção previsto no citado contrato. A MAR protocolou junto à ANEEL, pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade em decorrência de atraso na entrada em operação comercial por fatos originados por terceiros (órgão ambiental). Com este pedido, a Companhia buscou a recomposição dos prejuízos causados. Através do Despacho ANEEL nº 3.257/2021 publicado no D.O. em 28 de outubro de 2021, a ANEEL, deliberou sobre os pedidos apresentados pela MAR. A Diretoria Colegiada da ANEEL reconheceu 883 dias de recomposição contratual em favor da MAR, prorrogando o prazo do contrato de concessão, formalizado através da celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, em 20 de janeiro de 2022.

Pela parcela de atraso imputada à MAR, foi aplicado um desconto de R\$2.011 na RAP, por meio de Parcela Variável por Atraso (PVA). Este valor foi descontando em 18 parcelas mensais, sendo liquidado em janeiro de 2022. Ademais, foi emitida uma Multa Administrativa no montante de R\$4.774.

Em sede de procedimento administrativo, a MAR requereu junto à Superintendência de Administração e Finanças (SAF/ANEEL), o desconto de 25% (R\$1.194) sobre o valor total da multa, utilizando-se dos benefícios trazidos pela REN nº 846/2019 (Penalidades), o que foi atendido pela Superintendência. A Procuradoria Federal da ANEEL (PF), por meio do Parecer n.00370/2021/PFANEEL/PGF/AGU), se manifestou no sentido de que, alinhado ao aspecto finalístico do art. 38, em seu § 2º, da REN n. 846/2019, entende-se pela incidência da redução no valor da multa. Através do Memorando nº 360/2021-SAF/ANEEL, a SAF/ANEEL comunicou a Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição (SCT/ANEEL) sobre a quitação da multa para o consequente arquivamento do processo.

A MAR é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 23 de março de 2022.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. Os principais assuntos que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar, operar e manter as infraestruturas de transmissão).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída à obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa sobre investimentos e recebimentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e a recuperar – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação de infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato de concessão, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato de concessão equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa e variam entre 5,76% e 6,64 ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão - Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação e metodologia definidos no contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos, e atualização monetária de depósitos judiciais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária de contingências e outros.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e (iii) ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao VJR - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

3.5. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.6. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.7. Normas e interpretações novas e revisadas

Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2021, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores:

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da taxa de juros de referência - Em 27 de agosto de 2020, o IASB emitiu alterações no IFRS 16, IFRS 4, IAS 39, IFRS 7 e IFRS 9. As alterações aos pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (i) Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- (ii) Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- (iii) Fornece exceção temporária para entidades se adequarem quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações são válidas à partir de 1º de janeiro de 2021, porém não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021 - As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

Alterações no CPC 00: Referência à estrutura conceitual - Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à Estrutura Conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações no CPC 25: Contratos onerosos - Custo de cumprimento de um contrato – Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IAS 37, correlacionada ao CPC 25. As alterações especificam que o “custo de cumprir” um contrato inclui os “custos que se relacionam diretamente com o contrato”. Os custos que se relacionam diretamente com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato (exemplos seriam mão de obra direta, materiais) ou uma alocação de outros custos relacionados diretamente ao cumprimento de contratos (um exemplo seria a alocação do encargo de depreciação para um item do ativo imobilizado utilizado no cumprimento do contrato).

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

4. EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	18	14
Aplicações Financeiras	2.702	6.669
	2.720	6.683

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2021	31/12/2020
CDB	101,51% do CDI	101,28% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Linha de transmissão	31/12/2020	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2021
Itabirito II/Vespasiano II	202.654	11.863	20.643	(15.363)	219.797
Circulante	14.988				15.928
Não circulante	187.666				203.869

Linha de transmissão	31/12/2019	Adição (a)	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2020
Itabirito II/Vespasiano II	156.888	38.724	5.040	8.596	(6.594)	202.654
Circulante	-					14.988
Não circulante	156.888					187.666

(a) As principais adições estão relacionadas aos projetos descritos abaixo:

Concessão	Descrição	Ato legislativo	RAP	Custo de construção estimado (capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI (*)
Itabirito 2 Vespasiano 2	Implantação de linha de transmissão 500 kV	Contrato Concessão ANEEL 011/2014	R\$16.956	R\$107.000	Energização concluída em 25/05/2020	Ato Declaratório Executivo da RFB nº 394/2014

(*) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura

- Principais características dos contratos de concessão

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST.

A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

Ciclo 2021-2022			Ciclo 2020-2021		
Resolução 2.959 de 05/10/2021 (*)			Resolução 2.725 de 14/07/2020		
Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021		
RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
17.754	(444)	17.310	16.431	9	16.440

(*) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante		
Imposto de Renda a compensar	443	212
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	59	61
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	34	34
Outros	10	9
	546	316
Passivo circulante		
INSS, FGTS, ISS e ICMS	240	97
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	(12)	25
Outros	151	185
	379	307

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre diferenças temporárias – Passivo (*)	6.770	6.244

(*) Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2021	31/12/2020
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS – Passivo (*)	7.794	7.288

(*) Valores referentes à aplicação do CPC 47.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a receber – OCR e Outras contas a pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<u>Transações com a controladora e empresa do Grupo Taesa</u>					
1	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve.
2	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - Miracema (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve.
<u>Transações com empresa ligada</u>					
3	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") – CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Transações com a controladora e empresa do Grupo Taesa</u>					
1	Reembolso de despesas – Taesa	-	1	-	-
2	Reembolso de despesas – Miracema	2	-	-	-
<u>Transações com empresa ligada</u>					
3	PSTEL – CEMIG	68	111	984	609
		70	112	984	609

b) Passivo de despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>					
1	OCP x Outras receitas - Serviços de "back-office" –Taesa	R\$ 27 Valor mensal	05/11/2019 a 05/11/2024	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
2	OCP x Despesas operacionais – Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	N/A	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização através do termo aditivo.
<u>Transações com empresa ligada</u>					
3	Contrato de compartilhamento de instalações - Cemig GT	R\$205 parcela única e R\$13 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização anual pelo IPCA	Não houve.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
4	Contrato de Operação e Manutenção - Cemig GT	R\$48 Valor mensal	03/03/2020 à 02/03/2025	Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 180 dias; em decorrência do descumprimento das condições avençadas; e na ocorrência de sado fortuito ou força maior.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
	<u>Transações com a controladora</u>				
1	Serviços de "Back-office" – Taesa	-	27	324	334
2	Serviços de Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa	58	-	58	-
	<u>Transações com empresa ligada</u>				
3	CCI – CEMIG GT	-	16	233	116
4	O&M – CEMIG GT	-	46	605	378
		<u>58</u>	<u>89</u>	<u>1.220</u>	<u>828</u>

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2020	Adição	Pagamento	31/12/2021
Dividendos a pagar à Taesa	4.534	17.507	(10.641)	11.400

Dividendos a pagar	31/12/2019	Adição	31/12/2020
Dividendos a pagar à Taesa	806	3.728	4.534

III - Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

10. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Brametal S.A.	530	530
Biocev Serviços de Meio Ambiente Ltda	658	1.208
Outros	10	2.954
	<u>1.198</u>	<u>4.692</u>

Os saldos referem-se basicamente aos compromissos assumidos para a implementação das instalações de transmissão.

11. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes a faixa de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor atualizado de R\$4.607.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2020	Adições	Reversões	Servidões	Atualização	Baixas	31/12/2021
Cíveis	4.115	183	(652)	861	958	(809)	4.656

	31/12/2019	Baixas	31/12/2020
Cíveis	4.126	(11)	4.115

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro 2021, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era no valor atualizado de R\$79, referentes a causas fiscais, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital subscrito e integralizado era R\$174.500 representado por 174.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, (b) Reserva especial – constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76 e (c) Reserva de lucros a realizar - constituída com base no artigo 197 da nº Lei 6.404/76.

Remuneração aos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do resultado líquido do exercício

Destinação do lucro do exercício	2021	2020 (*)
Lucro líquido do exercício	26.611	15.699
- Reserva legal (5%)	(1.331)	(784)
- Dividendos obrigatórios	(6.320)	(3.728)
- Dividendos adicionais propostos	(2.298)	(11.187)
- Reserva de lucros a realizar	(16.662)	-

(*) A AGO de 30 de abril de 2021 ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2020.

13. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2021	2020
IRPJ e CSLL correntes	(610)	(516)
IRPJ e CSLL diferidos	(526)	(1.412)
	<u>(1.136)</u>	<u>(1.928)</u>

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	33.190	33.190	55.285	55.285
(+) Ajuste - Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09	(16.866)	(16.866)	(45.432)	(45.432)
Base de Cálculo	16.324	16.324	9.853	9.853
Percentual	8%	12%	8%	12%
	1.306	1.959	788	1.182
Demais receitas:				
Renda de aplicação financeira	220	220	216	216
Outras receitas financeiras	-	-	485	485
	220	220	701	701
Base de cálculo	1.526	2.179	1.489	1.883
Imposto de renda - 15%	(229)	-	(223)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(128)	-	(124)	-
Ajustes de exercícios anteriores	(57)	-	-	-
Contribuição social - 9%	-	(196)	-	(169)
Total de despesa	(414)	(196)	(347)	(169)
Total de IRPJ e CSLL		(610)		(516)

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

	2021	2020
Imposto de renda	(342)	(917)
Contribuição social	(184)	(495)
	(526)	(1.412)

14. COBERTURA DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Prêmio
Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores	EZSE Seguros	18/09/21 a 18/09/22	40.000	1
Responsabilidade Civil Geral	Fator Seguros	20/09/21 a 19/09/22	10.000	1

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

15.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado:		
- Aplicações financeiras de curto prazo	2.702	6.669
Custo amortizado:		
- Caixa e bancos	18	14
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	1.348	1.831
	4.068	8.514
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	1.198	4.692
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	610	333
	1.808	5.025

15.4. Risco de mercado

15.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

15.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

	31/12/2021	Cenário provável em 31/12/2022
CDI (a)	4,39%	12,75%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 11 de março de 2022 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2021	Efeito Provável no LAIR - 2022 - (redução)
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras de curto prazo – CDI	2.702	226

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às Transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todas transmissoras; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

15.6 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

15.7. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

15.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo	4	2.702	6.669	Nível 2

16. LUCRO POR AÇÃO

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	26.611	15.699
Quantidade de ações ordinárias	174.500	174.500
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,15250	0,08997

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Remuneração do ativo de contrato de concessão	11.863	5.040
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	20.643	8.596
Receita de implementação da infraestrutura (a)	-	38.724
Operação e manutenção	2.377	952
Parcela Variável	(1.693)	(580)
Outras receitas	-	2.553
Receita operacional bruta	33.190	55.285
PIS e COFINS – correntes	(596)	(360)
PIS e COFINS – diferidos	(506)	(1.561)
ICMS	-	(79)
Encargos setoriais (b)	(238)	(126)
Deduções da receita	(1.340)	(2.126)
Receita operacional líquida	31.850	53.159

(a) A Companhia revisou e alterou as nomenclaturas de receita e custo relacionados à construção das infraestruturas de transmissão, onde (i) a "Receita de construção" passou a ser "Receita de implementação de infraestrutura", e (ii) o "Custo de construção" passou a ser "Custo de implementação de infraestrutura". (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Margens das obrigações de performance	2021	2020
Implementação de infraestrutura		
- Receita	-	38.724
- Custos	-	(34.592)
Margem (R\$)	-	4.132
Margem percebida (%) (*)	-	11%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Margens das obrigações de performance	2021	2020
Operação e Manutenção – O&M		
- Receita	2.377	952
- Custos	(3.711)	(618)
<i>Margem (R\$)</i>	<i>(1.334)</i>	<i>334</i>
<i>Margem percebida (%) (*)</i>	<i>-56%</i>	<i>35%</i>

(*) A margem negativa decorre da diferença entre valores realizados e orçados para os custos de operação e manutenção, visto que a segregação das receitas contratuais é definida no início do projeto e é realizada com base nos custos acrescidos de margem. Ressalta-se que as receitas contratuais (infraestrutura e operação e manutenção), comparadas aos custos, geram margem positiva para o projeto como um todo.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL	2021	2020
Receita operacional bruta	33.190	55.285
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(16.866)	(45.432)
Receita operacional bruta tributável	16.324	9.853

18. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2021	2020
-Remuneração direta	(44)	(115)
-Benefícios	(3)	(2)
-FGTS e INSS	(1)	(58)
Pessoal	(48)	(175)
Materiais - Custo de implementação de infraestrutura e O&M (a)	1.597	(34.585)
Serviços de terceiros	(2.593)	(1.109)
Outros custos e despesas operacionais	(3.196)	382
Total custos e despesas	(4.240)	(35.487)

(a) A Companhia revisou e alterou as nomenclaturas de receita e custo relacionados à construção das infraestruturas de transmissão, onde (i) a "Receita de construção" passou a ser "Receita de implementação de infraestrutura", e (ii) o "Custo de construção" passou a ser "Custo de implementação de infraestrutura".

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: Referem-se basicamente aos custos de materiais utilizados na fase de implementação da infraestrutura. Em 2021 houve uma reclassificação de sobressalentes para conta de estoques.

Custos e despesas com serviços de terceiros: Referem-se basicamente a custos com operação e manutenção, compartilhamento de instalações, limpeza de faixa de servidão, e despesas de back office, consultoria administrativa, serviços gráficos e auditoria.

Outros custos e despesas operacionais: Referem-se basicamente aos custos com impostos, contribuições e taxas e reversão de despesas com indenizações.

19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2021	2020
Renda de aplicação financeira	220	216
Atualização de depósitos judiciais	973	-
Receitas financeiras	1.193	216
Atualização monetária de contingências	(958)	-
Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas	(98)	(261)
Despesas financeiras	(1.056)	(261)
	137	(45)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo as licenças ambientais concedidas à Companhia:

Trecho	Licença de Instalação e operação nº	Data de emissão	Vencimento
Itabirito II – Vespasiano II	160/2018	24/01/2019	21/12/2028

COVID-19 – O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo, as pessoas, e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Retorno gradual às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com home office e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação contra a gripe influenza para todos;
- Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar pós vacina.
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;

Demonstração Contábil Regulatória - DCR - A demonstração contábil regulatória, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, será disponibilizada no sítio eletrônico da Taesa até 30 de abril de 2022, conforme determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

* * * *

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nomes	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias
Contador
CRC-RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49